

Secretário pediu urgência para liberar imóvel de Kassab

Em 2008, pasta da Habitação levou nove dias para anistiar prédio irregular onde está empresa do prefeito

Fabio Leite / JORNAL DA TARDE

Memorando assinado por uma diretora da Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) no dia 14 de agosto de 2008 mostra que o então secretário da pasta, Orlando de Almeida Filho, pediu “urgência” na análise do processo que anistiou o imóvel da empresa da família do prefeito Gilberto Kassab (DEM) dois anos após o pedido de regularização de área ter sido rejeitado pela Prefeitura, conforme revelou ontem com exclusividade o *Jornal da Tarde*. Nove dias depois, o pedido foi aprovado pela pasta.

“À vista da solicitação do senhor secretário, solicitamos em caráter de urgência B.D.T (*Boletim de Dados Técnicos*), para o contribuinte n.º 042.206.0047-7 / Rua Leandro Dupré, 765 - Saúde, com posterior encaminhamen-

to para Aprov-G”, diz o memorando 216, assinado pela então diretora substituta do Departamento Técnico (Aprov-G), Lucia de Souza Machado, que deferiu o processo em 22 de agosto. O boletim é um documento necessário para o início da tramitação de pedidos de regularização.

O trâmite ocorreu durante as eleições de 2008, na qual Kassab se reelegeu. Autor do pedido de urgência, Almeida é um antigo amigo do prefeito no ramo imobiliário. Ele entrou na Prefeitura no início da gestão do ex-prefeito José Serra (PSDB), em 2005, na cota do DEM, para comandar a Sehab e hoje é secretário especial de Controle Urbano, responsável por fiscalizar estabelecimentos comerciais e industriais.

Empresas. No imóvel funcionam duas empresas da família Kassab. No 1.º andar, a construtora e holding Yapê Engenharia, e no 2.º, a Yapê Transportes, que faz transporte rodoviário de carga. Foram criadas por Kassab e seu ex-sócio e deputado federal Rodrigo Garcia (DEM) - que deixou as empresas em 2007. Hoje



Trâmite. Processo indeferido em 2006 foi reaberto

fazem parte da sociedade três irmãos do prefeito.

Em outubro de 2003, Kassab e Garcia entraram com requerimento na Subprefeitura da Vila Mariana para regularizar uma área de 229,82 m², mas o pedido foi indeferido em março de 2006, quando ele ainda era vice-prefeito, pelo não atendimento ao comunicar-se - documento emitido pela Prefeitura.

Pela Lei 13.885/04, a empresa deveria ter sido multada e o imóvel, fechado. No entanto, em 13 de agosto de 2008, depois de a documentação ter sido requisitada pela Sehab, a Comissão Permanente de Processos Extraviados (CPPE) da Prefeitura declarou o processo extraviado e ordenou a sua reconstituição. Em 22 de agosto, ele foi deferido.

A anistia deve ser alvo de investigação, a pedido do vereador Au-

rélio Miguel (PR), que entrou com representação no Ministério Público Estadual em dezembro de 2010 por suposto ato de improbidade administrativa praticado por Kassab e por autoridades municipais.

A representação foi distribuída à Câmara Especializada em Crimes Praticados por Prefeitos, que ainda analisa se a competência sobre o caso é sua ou do Ministério Público Federal, pelo fato de Garcia, um dos citados, tomar posse hoje como deputado federal.

Kassab disse ontem que a regularização “foi feita dentro da mais absoluta normalidade ao longo de cinco anos”. “Deve ter obedecido o rito normal de milhares de processos que estão acontecendo na cidade.” Almeida não respondeu ao pedido de entrevista.

Empresa de Kassab não pagou imposto de área irregular

Fabio Leite / JORNAL DA TARDE

A construtora da família do prefeito Gilberto Kassab (DEM), do-

na do imóvel que foi anistiado pela Prefeitura dois anos após o pedido de regularização haver sido negado e o prazo para recur-

so, vencido, deixou de pagar R\$ 3.143,93 de Imposto Sobre Serviço (ISS) sobre a área que estava irregular. Por lei, o auto de regularização para imóveis como a empresa do prefeito depende da apresentação do comprovante de pagamento do imposto.

O problema é que o cálculo do

valor de ISS a ser recolhido foi feito quando Kassab e o deputado federal Rodrigo Garcia (DEM), seu ex-sócio na R&K Engenharia - hoje Yapê Engenharia -, entraram com requerimento na Subprefeitura da Vila Mariana para regularizar uma área de 229,82 m², em outubro de 2003,

mas a taxa não foi paga à época. Em 8 de março de 2006, o pedido foi indeferido.

Só que, em 13 de agosto de 2008, quando Kassab já era prefeito, o processo indeferido foi reconstituído parcialmente. Em 21 de agosto daquele ano, o Departamento de Aprovação das

Edificações (Aprov), órgão ligado à Secretaria de Habitação, emitiu certificado afirmando que o ISS sobre a área irregular era “incobrável por decadência” (quando expira o prazo legal). Um dia depois, o Aprov emitiu despacho que deferiu o auto de regularização para o imóvel.